

TERRITÓRIO PATRULHADO

Forças Armadas vão atuar para deter entrada de drogas e armas

Cabe ao Exército bloquear acessos com postos em três níveis até 31 de dezembro

As Forças Armadas querem estrangular o crime organizado, fechando as rotas de entrada de armas e drogas no Rio, com o uso de Exército, Marinha e Aeronáutica. Essa é parte da estratégia definida pelos militares para a atuação no Estado até 31 de dezembro - prazo da intervenção federal aprovada na terça-feira no Congresso.

Nessa estratégia, caberá ao Exército bloquear acessos com postos de revista em três níveis. O primeiro será perto das divisas, em estradas como as BRs 101, 116 e 040. O segundo nível de bloqueio será feito no Arco Metropolitano (BR-493) e, por fim, o terceiro deve ocorrer na entrada de áreas dominadas por grupos armados, em uma estrutura parecida com a ação nas Favelas do Chapadão, na zona norte do Rio, e Kelson's, na Penha.

Os planos reservam para a

Marinha a fiscalização na Baía de Guanabara e no porto para controlar navios e contêineres. Embarcações que ancoram afastadas para esperar a fila do porto e as de passeio e de pesca também serão alvo de vigilância. A Aeronáutica e a Receita vão cuidar do Aeroporto Tom Jobim.

Para os militares, a geografia do Estado facilita o controle das entradas e saídas. Segundo um general ouvido pela reportagem, o "planejamento seguirá essa lógica". O Comando Militar do Leste (CML) vai procurar a CCR, concessionária que administra a Via Dutra, para ter acesso às câmeras da estrada.

Com a intervenção na Segurança Pública do Rio, o Exército passou a agir em quatro áreas: operacional, administrativa, jurídica e política. Por enquanto, as ações nas ruas vão seguir o planejamento com base no decreto sobre a Garantia da

Lei e Ordem (GLO), em vigor desde agosto de 2017. Esse foi o caso da ação de segunda e terça-feira, que levou à prisão de 11 pessoas e à apreensão de 6 armas, além de veículos e drogas.

Desde 2017, o CML planejava essa ação para combater o roubo de cargas. Os bloqueios foram montados em Resende e em Paraty e na bifurcação da Dutra que dá acesso à região do Chapadão. O general detalhou que seis acessos para caminhões já foram fechados, assim como os da Kelson's.

Ainda não há definição se os futuros pontos de bloqueio serão fixos ou móveis e quanto tempo vão durar. Na terça, a operação foi suspensa no fim da tarde. Falta também definir como será a atuação de tropas do CML estacionadas em Minas e no Espírito Santo e a relação com as polícias do Estado.

Na terça, o general de bri-

gada Adilson Carlos Katibe, comandante da Artilharia Divisionária, deu uma palestra na sede do CML para cerca de 40 jovens juizes que estão na Escola da Magistratura do Rio. O general, que chefiou as tropas que atuaram em 2017 no Espírito Santo, tentou explicar as razões do Exército para defender a concessão de mandados coletivos (mais informações abaixo).

Para os militares, eles são necessários em razão da desorganização das comunidades e até mesmo para a segurança dos moradores. Segundo eles, se um morador de uma casa onde um bandido se esconde permitir a entrada de militares, ele correrá o risco de ser morto pelo comparsas do criminoso, depois da saída das tropas. "A gente não quer invadir, atirar, ter dano colateral (baixas de civis), gastar uma montanha de dinheiro e sair de lá porque o bandido pulou cinco casas e se escond-

eu", disse o general.

Na frente interna, os generais estão se reunindo com as cúpulas das Polícia Civil e Militar, do Corpo de Bombeiros e da Secretaria da Administração Penitenciária, que estão entregando um diagnóstico de suas dificuldades operacionais e administrativas. Com base nelas, o Exército construirá o plano sobre o que será feito nos próximos dez meses - a intervenção federal decretada pelo presidente Michel Temer deve durar até 31 de dezembro.

O comandante do CML e interventor no Rio, general Walter Souza Braga Netto, está em Brasília e deve voltar ao Rio no sábado. Até lá, o Exército deve buscar resolver questões como o uso de recursos financeiros federais na ação e definir de quem será a propriedade dos equipamentos que forem comprados pelo Exército para órgãos de segurança durante a intervenção.

ESTADO VIZINHO

ES deve gastar R\$ 1 milhão ao mês para patrulhar a fronteira

O governo do Espírito Santo decidiu reforçar o patrulhamento policial nos 198 quilômetros de divisa com o Rio de Janeiro. Segundo o secretário estadual de Segurança Pública, André Garcia, a medida visa a impedir a eventual fuga de criminosos do território fluminense para o estado após a intervenção federal na segurança pública e no sistema carcerário do Rio de Janeiro.

A partir da deflagração da chamada Operação Divisa, cerca de 140 policiais estaduais, vinte policiais rodoviários federais, 40 viaturas, helicópteros e drones serão empregados exclusivamente na vigilância da divisa com o Rio de Janeiro. Prevista para durar pelo menos dois meses e meio, a ação vai aumentar os gastos públicos com segurança em cerca de R\$ 1 milhão mensais, informou o secretário.

"Estamos usando um contingente de reforço e pagando hora-extra aos policiais de folga", explicou, garantindo que o patrulhamento em outras regiões do estado não será prejudicado e que, se for preciso, a operação se estenderá além dos dois meses e meio iniciais. "Se for necessário durar pelo tempo que durar a intervenção no Rio de Janeiro, a operação será prorrogada."

De acordo com Garcia, a

operação para manter a integridade das divisas é preventiva. Bloqueios rodoviários vão ser implantados em pontos estratégicos do estado, conforme recomendação das polícias Civil e Militar.

"Um dos pontos será a BR-101, principal via de acesso ao estado", disse o secretário, enfatizando o caráter preventivo da operação. "Não há hoje nenhuma informação ou indício apontando para a migração de criminosos para o nosso estado. Estamos levando em conta uma possibilidade pouco provável [de ocorrer]", disse o secretário, destacando que, em ações militares anteriores, no Rio de Janeiro, não houve migração de bandidos para o Espírito Santo.

"É preciso ter muito cuidado com esta coisa de migração. Os criminosos estão há muitos anos estabelecidos em um mesmo lugar. A atividade criminosa é rentável. O mercado criminoso é atrativo. Por tudo isso, há uma dificuldade para os bandidos migrar", acrescentou o secretário.

Hoje, Garcia participará, em São Paulo, de reunião com o ministro da Justiça, Torquato Jardim, e com os secretários de segurança pública de São Paulo e de Minas Gerais, estados que também fazem divisa com o Rio de Janeiro e cujas forças de segurança também

estão de prontidão.

Além de discutir pontos do decreto de intervenção federal no Rio de Janeiro, o secretário capixaba vai propor a criação de um canal de troca de informações, em tempo real, entre os serviços de inteligência do grupo interventor e estaduais.

"O trabalho de inteligência é determinante para mudarmos inclusive o planejamento. Em uma ação como esta, não tem que haver burocracia", disse o secretário ao destacar a importância do intercâmbio de informações, sobretudo com os órgãos de segurança pública. "As informações de movimentação de criminosos no Rio de Janeiro nos darão indícios do que pode vir a acontecer aqui no estado. Qualquer informação sobre a movimentação de grupos ou lideranças criminosas é importante."

Garcia ainda deve aproveitar a ocasião para pedir ao ministro Torquato Jardim que os policiais rodoviários federais que atuavam no Espírito Santo e que, desde o ano passado, estão cedidos à superintendência do Rio de Janeiro, regressem a seus antigos postos a fim de reforçar o patrulhamento na divisa entre os dois estados. Segundo a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal capixaba, 15 policiais rodoviários do estado atuam no estado vizinho atualmente.

VIAÇÃO LITORAL RIO

Rodoviários cruzam os braços após três meses de salários em atrasos

Cerca de cem funcionários da Viação Litoral Rio paralisaram suas atividades ontem na capital fluminense. As linhas funcionaram normalmente até por volta de 7h, quando os carros deixaram de sair da garagem.

A empresa afirma que está negociando com os rodoviários para retomar a circulação da frota e que espera a normalização dos serviços a partir do início da tarde. A frota da Viação Litoral é composta de 135 carros e atende 11 linhas - diariamente, são 65 mil usuários pagantes.

Segundo o presidente do Sindicato Municipal dos Trabalhadores Empregados em Empresas de Transporte Urbano de Passageiros do Município do Rio de Janeiro (Sintraturb-Rio), Sebastião José, os 826 trabalhadores da Viação Litoral Rio estão há três meses sem receber seus salários, há seis meses sem ticket alimentação, há um ano sem receber pelas férias e receberam apenas metade do 13º salário de 2017.

"Estamos numa situação de total falência do setor", afirmou. Ele ressaltou que o caso da Litoral Rio não é único e que há, pelo menos, outras cinco empresas de transporte cariocas respondendo processos por

atraso nos salários e benefícios de seus funcionários.

Por meio de sua assessoria de imprensa, a empresa ecoa a fala do sindicato. "Esta paralisação é mais um reflexo da maior crise das empresas de ônibus do Rio de Janeiro, agravada por congelamentos da tarifa e reduções no valor da passagem, determinadas pela Justiça".

O caso da Litoral Rio se desenrola desde agosto de 2017, quando os funcionários realizaram a primeira paralisação por conta dos atrasos. A segunda paralisação veio em novembro e esta de fevereiro é a terceira. Sebastião José afirma que a soma de tudo o que a empresa deve a seus funcionários supera R\$ 2 milhões.

A Litoral Rio apresentou, na Justiça uma proposta de parcelamento desse valor e a contrapartida da classe rodoviária foi de que a quantia atrasada seja paga em, no máximo 24 vezes, junto à garantia de que não haja nenhuma demissão.

A última audiência entre as duas partes foi na segunda-feira e, de acordo com o presidente da Sintraturb, o posicionamento da Litoral Rio foi de não aceitar a contrapartida dos funcionários, o que culminou com a paralisação ontem.

MORAES

Ministro diz que medida emergencial 'não resolve'

Em entrevista à rádio Jovem Pan de São Paulo para comentar a intervenção federal na segurança pública do Rio, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes afirmou que apenas medidas emergenciais não vão resolver os problemas da área. Ele cobrou que haja investimentos em inteligência e força policial no médio e longo prazo para que a "melhora momentânea" não acabe assim que encerrar a intervenção no Estado.

Moraes, que foi ministro da Justiça antes de ser nomeado pelo presidente Michel Temer para o STF, afirmou que são necessários investimentos em um fundo de segurança pública efetivo. "Enquanto não houver um fundo de segurança real aplicado para inteligência e força policial, nós podemos ter medidas emergenciais mas que não vão resolver", afirmou.

Para o ministro, uma intervenção é situação "excepcional" e pode ser necessária em algum momento, "mas nós temos que trabalhar no médio e no longo prazo". Ele declarou ainda que o decretado feito pelo presidente Michel Temer na última sexta-feira e que foi aprovado pela Câmara e pelo Senado não tem nenhum problema constitucional.

Moraes, um dos interlocutores de Temer na área de segurança pública, afirmou que medidas voltadas ao setor têm caráter eleitoral e é preciso aproveitar esse momento para pensar em propostas efetivas no longo prazo. "Se não, obviamente, nós podemos ter uma melhora momentânea, mas isso vai acabar assim que encerrar a intervenção."

Defensor de que a Justiça autorize a prisão após condenação de réus em segunda instância, o ministro afirmou que o tema precisa ser pautado no plenário do Supremo "o mais rápido possível". A decisão pode afetar o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tenta reverter condenação no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4). Para Moraes, é preciso julgar as ações que estão na corte "que não envolvem nome, mas a tese jurídica", para que a interpretação seja aplicada a todos os casos.

PRUMO LOGÍSTICA S.A.
CNPJ/MF nº 08.741.499/0001-08
NIRE 33.3.0028154-1
(Companhia Aberta)

FATO RELEVANTE
Prumo Logística S.A. ("Companhia" ou "Prumo") (B3: PRML3), em atenção ao disposto no art. 157, §4º da Lei nº 6.404/76 e nos termos da Instrução CVM nº 358/02, no âmbito da oferta pública unificada para aquisição de até a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, para fins (i) do cancelamento de registro de companhia aberta perante a CVM com a consequente saída do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Novo Mercado" e "B3", respectivamente), e/ou (ii) da saída do Novo Mercado, com a consequente migração para o segmento básico de listagem na B3, independentemente da verificação da condição para cancelamento de registro ("OPA" ou "Oferta"), de acordo com o disposto no Edital da OPA, publicado em 07 de fevereiro de 2018, vem comunicar aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 21 do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da B3 e no artigo 13, inciso (xx), do Estatuto Social da Companhia, manifestou-se favoravelmente à aceitação, pelos acionistas da Companhia, da Oferta, conforme parecer prévio aprovado em reunião realizada nesta data. A ata da reunião do Conselho de Administração e a íntegra do parecer prévio acima mencionado estão disponíveis para consulta no site da Companhia (<http://ri.prumologistica.com.br/>), bem como no site da CVM (www.cvm.gov.br). Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2018. **Prumo Logística S.A.** Eugenio Leite de Figueiredo -Diretor Financeiro e de Relações com Investidores..

GOVERNO DO Rio de Janeiro
PERTO DE VOCÊ

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS
ASSESSORIA DE LICITAÇÕES

AVISO

Modalidade de Licitação: Concorrência Nacional - CN Nº 202/2017
Objeto: "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO À GESTÃO ADMINISTRATIVA (GESTÃO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL), VISANDO ACRESCENTAR MELHORIA NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CEDAE A SER EXECUTADO NA FORMA INDIRETA POR PESSOA JURÍDICA, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO".
A Assessoria de Licitações comunica que se encontra à disposição dos interessados no endereço eletrônico www.cedae.com.br/licitacao ou na Av. Presidente Vargas, nº 2.655/Térreo, Cidade Nova - RJ a Errata nº 04 com as alterações processadas no edital da Concorrência Nacional em epígrafe. Informamos, ainda, que a licitação teve sua realização adiada para o dia 26/03/2018, no mesmo horário e local anteriormente divulgados.

SINDIFER-RIO - SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE MAQUINISMOS, FERRAGENS, TINTAS, LOUÇAS, VIDROS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO A VAREJO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO
Sede: Avenida Graça Aranha, 19 - Grupo 1102
CNPJ Nº 33.531.658/0001-89

EDITAL - AGE-ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: O Presidente do Sindicato, de acordo com as Normas Estatutárias e Legislação vigente, convoca todos os membros da categoria econômica, para comparecerem à A.G.E., que será realizada na Sede Social, na Av. Graça Aranha, nº 19, Grupo 1102, no dia 02 de março de 2018, às 11h em 1ª convocação ou 11:30h em 2ª convocação para apreciar, discutir e decidir a seguinte ordem do dia: 1- Em cumprimento ao inciso IV do artigo 8º da Constituição Federal, fixar a Contribuição de Custeio do Sistema Federativo de Representação Sindical, 2- Delegar poderes para o Presidente do Sindicato negociar a Convenção Coletiva de Trabalho para o ano de 2018, junto ao Sindicato dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro; 3- Fixar a data para cobrança da contribuição assistencial com base na alínea "e" do artigo 513 da CLT- Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 2018. **Nilton Pereira** - Presidente.

REQUERIMENTO DE LICENÇA
Ferragens Irlim Ltda CNPJ: 33.339.300/0001-59, torna público que requereu a Secretaria Municipal de Conservação e Meio Ambiente (SMAC) através do processo de número 26/510.052/2018, a Licença Municipal de Operação (LMO), para operar Indústria Metalúrgica na rua Matinoré 88 - Jacaré, Rio de Janeiro RJ.